

O PORTUGUÊS NO CONTEXTO MULTILÍNGUE DE ANGOLA

Leticia Cao Ponso

Universidade Federal Fluminense

RESUMO: O presente trabalho, valendo-se dos pressupostos teórico-metodológicos da Dialectologia e da Sociolinguística, pretende apresentar os resultados preliminares de um mapeamento panorâmico da diversidade linguística que caracteriza Angola no contexto pós-colonial. Tem-se como objetivo delinear a complexa situação de contato linguístico entre as mais de quarenta línguas autóctones do país – línguas de substrato – e a variedade nacional do português – língua de superestrato, transcontinental e pluricêntrica. Assim, pretende-se contribuir para um diagnóstico da expansão da língua portuguesa nos países em que ela é adotada como língua oficial.

PALAVRAS-CHAVE: multilinguismo, línguas em contato, português, línguas africanas, Angola

***ABSTRACT:** Having Dialectology and Sociolinguistic's theoretical and methodological suppositions as an initial framework, this paper intends to present some preliminary data concerning Angola's linguistic diversity in a post-colonial context. Our aim is to delineate the complex linguistic relation between more than forty aboriginal languages - substrate languages - and portuguese national variety - superstrate, transcontinental and pluricentric language. Therefore, we wish to contribute to a diagnostic of the portuguese language expansion where it is adopted as an official language.*

***KEYWORDS:** multilingualism, languages in contact, portuguese, african languages, Angola*

1. A difusão da língua portuguesa no mundo atual

1.1. O português, língua pluricêntrica

Sexto idioma mais falado no mundo, o português é a língua nacional ou oficial em sete países – Portugal e Brasil, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Timor Leste – além de ser língua de comunicação em tantos outros – Cingapura, Macau, Málaca, Goa, Sri-Lanka, Damão e Diu. A partir das rotas coloniais portuguesas do séc. XVI, a língua portuguesa difundiu-se por quatro continentes, e hoje abrange cerca de 178 milhões de falantes¹. Devido a essa dimensão transcontinental e à heterogeneidade na constituição de diferentes identidades linguísticas nos países em que é falada, cada variedade nacional do português é única e apresenta características muito particulares.

A língua portuguesa, portanto, pode ser considerada uma *língua pluricêntrica*, termo primeiramente empregado por Kloss (1978, *apud* Clyne, 2004) para referir-se a línguas com diversos centros de interação, geograficamente contíguos ou não, cada qual estipulando uma variedade nacional com norma própria. Segundo o autor, as razões da pluricentricidade de determinada língua podem incluir a colonização, a imigração, a delimitação de fronteiras e a divisão política dos países.

O fato é que cada uma das variedades nacionais de uma língua pluricêntrica é potencialmente uma língua separada e desenvolve uma identidade própria, devido a seu percurso na história de cada nação, a fatores demográficos e à configuração sócio-político-econômica do país. O contato/contraste de uma variedade nacional com outras línguas – por exemplo, as línguas indígenas ou africanas - é determinante para diferenciá-la das outras variedades nacionais, como aconteceu com o português brasileiro ou africano em relação ao português europeu.

Em geral, o *status* de diferentes variedades nacionais de uma língua pluricêntrica é assimétrico. No caso da língua portuguesa, Portugal é a pátria-mãe

¹ Segundo dados do site www.ethnologue.com, do Summer's Institute of Linguistics, a língua mais falada no mundo é o chinês, com 1.213 milhões de falantes, seguida do espanhol, com 329 milhões, o inglês, com 329 milhões, o árabe, com 221 milhões, e o hindu, com 182 milhões. O português, em sexto lugar, tem atualmente 178 milhões de falantes no mundo inteiro. Este número é confirmado pelo site http://www.tlq.ulaval.ca/axl/langues/1div_inegal_tablo1.htm, da Faculdade de Letras da Universidade Laval, de Quebec, Canadá. Acesso em 28.10.2010.

desse idioma, enquanto que o Brasil tem um território e uma população muito maiores e, atualmente, maior poder econômico. Essas características podem levar a uma relação simétrica das variedades nacionais do português brasileiro e do português europeu em termos de *status*, apesar de suas diferenças. Não obstante, tal simetria não se aplica em países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Timor Leste, nos quais o processo de colonização envolveu a imposição violenta da língua europeia. Em tais lugares, permanece ainda nos dias de hoje um imaginário de deficiência e subserviência produzido no período colonial. Os efeitos de controle, exclusão e violência simbólica a que foram submetidos os povos africanos deixaram conseqüências que se veem ainda hoje no período pós-colonial, herdeiro da ideia de que as línguas não europeias são difíceis, defeituosas, sem racionalidade (Mariani, 2004, 2007a e 2007b).

Em relação a isso, as variedades nacionais que têm mais visibilidade e representatividade – como o português europeu e o brasileiro – apresentam características como a noção de que elas é que são o *standard*, enquanto as outras são *não-standard*, exóticas ou arcaicas; além disso, sustenta-se a crença de que têm normas mais rígidas, maior uniformidade na escrita, melhores recursos para exportar sua variedade em programas de ensino de língua, bem como para publicar gramáticas, dicionários e livros didáticos (Clyne, 2004).

Justamente por essa assimetria, os países africanos de língua oficial portuguesa, cujos processos de independência são recentes (meados da década de 70), têm chamado especial atenção, devido a certa escassez de estudos sociolinguísticos sobre eles, apesar de sua multidiversidade étnica, sociocultural e linguística. As centenas de línguas autóctones africanas, bem como as variedades nacionais das línguas europeias em contato com elas, permaneceram no período colonial, em sua imensa maioria, sem estudos descritivos mais aprofundados.

A partir dessa realidade, constituíram-se nas últimas décadas órgãos e associações de estudo, divulgação e promoção das variedades europeia, brasileira e africanas do português. Há hoje grandes investimentos nas políticas de difusão do idioma, tanto por entidades governamentais como por educadores e pesquisadores nas universidades onde o idioma é ensinado, num movimento de reconhecimento e pesquisa sem precedentes na história da língua portuguesa.

Em 1989, por exemplo, criou-se a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), órgão de cooperação internacional que reúne Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste e “assume-se como um novo projeto político, cujo fundamento é

a língua portuguesa”². Sete anos depois, houve a criação dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), grupo formado com o intuito de firmar protocolos de cooperação com outros países e instituições nos campos da cultura, educação e fomento.

No campo da investigação linguística, foi criada em 2001 a AILP (Associação Internacional de Linguística do Português), numa ação conjunta da APL (Associação Portuguesa de Linguística) e da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), a que se associaram ainda alguns investigadores de Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Tal instituição define seu objetivo como “promover a defesa da língua portuguesa num plano internacional, por meio da divulgação de informações e materiais para o seu ensino, contemplando a enorme diversidade que apresentam as variedades nacionais da língua”³. Isabel Hub Faria, a primeira presidente da AILP, em conferência sobre a língua portuguesa no ano europeu das línguas, ressaltou “a importância de se assumir a dimensão transcontinental do português como um patrimônio a preservar, o que torna a definição de uma política linguística entre países que têm o português como língua oficial uma tarefa internacionalmente inadiável”⁴.

Porém, a fim de que se estabeleça o diálogo entre os países de língua portuguesa, é importante que um conheça a realidade sociolinguística do outro. Em países como Portugal e Brasil (que fazem parte com seus países vizinhos de dois importantes blocos econômicos, o Mercosul e a União Europeia), a descrição das variedades nacionais do português encontra respaldo no grande acervo legado pela pesquisa linguística empreendida nas últimas cinco décadas. Todavia, o debruçar-se cientificamente sobre a língua portuguesa ganha cada vez mais relevância em outras comunidades em que ela ainda se consolida em termos políticos e sociais, como os países africanos.

1. 2. O português na África

Na atualidade, das 6.909 línguas que existem no mundo⁵, 2.110 estão na África, e as línguas locais (todas subdivididas em dialetos) convivem com as línguas europeias colonizadoras⁶. Em geral, sobre o multilinguismo e o multi-

² Conferir o site: www.cplp.org

³ Disponível em <http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/>. Acesso em 30.08.2010.

⁴ Disponível em <http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/>. Acesso em 30.08.2010.

⁵ Disponível em www.ethnologue.com. Acesso em 30.08.2010.

⁶ A Tanzânia, por exemplo, tem 22.400 milhões de habitantes e 113 línguas, Angola tem 14.700 milhões e 42 línguas, Moçambique tem 19.440 milhões e 20 línguas, a Nigéria tem 95.19 milhões de habitantes e 400 línguas (Patel, 2006).

culturalismo que caracterizam os países africanos, há duas posições, que refletem o dilema da questão linguística da África. Por um lado, há a concepção de que as línguas coloniais afastariam os africanos de sua “identidade autêntica”, aumentando a dependência em relação ao mundo ocidental. Por outro, há os que defendem que as línguas coloniais promoveram uma renacionalização dos países pós-coloniais em associação (e não em oposição) às línguas autóctones (Firmino, 2002, p. 21). O fato é que as identidades linguísticas dos tempos pós-coloniais têm como traços principais justamente a mescla, a mestiçagem, o contato de línguas, a instabilidade e a diversidade. Conforme afirma o linguista Kanavillil Rajagopalan, “o multilinguismo está se tornando cada vez mais a norma e não a exceção em nosso mundo” (2003, p. 27).

Enquanto na América Latina apenas o Brasil e na Europa apenas Portugal falam a língua portuguesa, cinco países da África a têm como língua oficial. Também na Ásia o português está presente em pelo menos mais seis países. Dentre eles, Guiné Bissau proclamou a independência em 1973 e Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor Leste em 1975. Tais países vivenciam, portanto, uma política pós-colonialista de reconstrução da identidade nacional e, ao mesmo tempo, um encurtamento da distância em relação a outros povos, por meio tanto de migrações quanto da livre circulação de informações. Ou seja: o mundo globalizado trouxe por um lado a quebra e, por outro, a reconfiguração de barreiras econômicas, culturais e também linguísticas. Todavia, a mesma globalização que aproxima as realidades centrais e periféricas no acesso à informação também faz perceber os desníveis e desigualdades gerados pela dominação linguística dos governos coloniais.

Historicamente, nos países africanos colonizados por Portugal, o português foi a língua de subjugação cultural de dezenas de línguas faladas pelos povos nativos. Porém, a partir dos movimentos de libertação das colônias e da consequente formação de países independentes, a situação do português na África teria se tornado paradoxal, uma vez que a língua teria passado a ser uma opção política de luta pela sobrevivência dos países independentes, de comunicação com o exterior, de confronto com as línguas dos países limítrofes, de unificação política (Canêdo, 1986; Firmino, 2002, Mateus, 2008).

Vendo desde essa perspectiva, as nações multiculturais e multilíngues no contexto pós-colonial apresentam uma riqueza que merece especial consideração. No caso específico dos países africanos colonizados por Portugal, há um quadro de dialeção diatópica e diastrática muito vivo e relações ainda muito recentes de mescla, dominação, preconceitos, lutas políticas, etc. que certamente

têm implicações linguísticas. Não obstante, apesar da grande importância dos estudos sobre o português nos países africanos e asiáticos, ressalta uma certa escassez de levantamentos dialetológicos e sociolinguísticos sobre a língua portuguesa em contato com as línguas nativas em tais lugares.

2. O contexto sociolinguístico de Angola

A parte sub-sahariana do continente africano é dominada pelas línguas da família Niger-Congo, que se destaca através das línguas bantu, as quais ocupam um terço do continente e têm perto de 200 milhões de falantes, representando o conjunto de línguas mais importante da África Negra do ponto de vista geográfico e demográfico.

Nos países da África em que o português é língua da administração, ele convive com dezenas de línguas autóctones – que por sua vez desmembram-se em dezenas de dialetos – e a característica predominante de seus falantes é a alternância entre uma língua e outra de acordo com domínios específicos. Vatomene Kukanda, presidente do Instituto Nacional das Línguas de Angola, afirma sobre a África sub-sahariana: “a situação linguística dos países da zona bantu é essencialmente multilíngue.(...) Essa situação obriga a uma complementaridade das línguas. Não há saída com uma só língua, e tal complementaridade encontra-se a níveis diferentes e é ditada pelo contexto linguístico.” (2000, p. 110).

Nessa conjuntura, Angola chama especialmente a atenção: por sua história de contato com o Brasil, pelo recente processo de independência de Portugal seguido de uma cruenta e duradoura guerra civil, pela emergência em meio a tudo isso de uma literatura nacional de autorrepresentação, pelo multilinguismo que nunca foi contemplado pelo governo colonialista, pela vitalidade de dezenas de línguas nacionais do grupo bantu e, principalmente, pelos minguados estudos existentes sobre a situação sociolinguística do país, apesar da heterogeneidade linguística que a constitui.

Angola localiza-se na costa ocidental do Sul da África, tem uma superfície de 1.246.700 km² divididos em 18 províncias, com 173 municípios e 618 comunas. Pela vastidão territorial, Angola é o segundo maior país de língua oficial portuguesa (Inverno, 2004). De acordo com dados do Portal Oficial do Governo Angolano⁷, a população em 2004 era de 14.767.655 habitantes, dos quais 7.842.923 constituem a população urbana e 6.924.732, a população rural.

⁷ Disponível em: <http://www.info-angola.ao/governo/>. Acesso: 30.08.2010

Devido ao conflito militar e às consequentes deslocações das pessoas, a maioria da população (22,6%) vive em Luanda, que tem uma densidade populacional de 1.094,2 hab/km². Mais de 5 milhões de habitantes, ou seja, mais de 1/3 da população são crianças com idade inferior a dez anos, a taxa de mortalidade infanto-juvenil é de 250 por 1000 nascidos-vivos, e a taxa de fecundidade por mulher é de 7,2 filhos. A expectativa de vida ao nascer é de 41,5 anos para mulheres e 38,8 anos para os homens.

O país esteve em guerra desde 1961 até 2002, primeiro em virtude da luta contra o domínio colonial português, depois como consequência da guerra civil que eclodiu em 1975 entre os principais partidos do país, que anteriormente constituíram os movimentos de libertação. O poder político manteve-se na posse do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA, apoiado pela União Soviética) desde 1975, embora o partido da oposição, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA, apoiado pela África do Sul e, consequentemente, pelos Estados Unidos) tenha dominado parte do território até ao fim da última guerra civil. Com o reforço de um numeroso e bem armado exército cubano, que forçou o recuo das tropas sul-africanas, a luta entre esses dois partidos devastaria Angola pelos 25 anos subseqüentes à independência (Boavida, 1967, Lentin, 1977, Fituni, 1985, Silva, 2007, Loss, 2010).

Depois da independência, com a guerra civil que se sucedeu a ela, de 1975 a 2002, paralelamente a uma brusca diminuição da população branca com a emigração de milhares de portugueses para a metrópole⁸, houve um grande êxodo rural de angolanos – principalmente para Luanda – que gerou um desenraizamento cultural e a adoção em massa do português. Assim, em tal contexto de mobilidade geográfica e social, o português foi-se tornando a língua majoritária do país e perdendo o estatuto de língua de colonização para ganhar cada vez mais contornos de língua nacional. No entanto, a ausência de pressões normativas fora da região de Luanda somada aos altos índices de analfabetismo são fatores que contribuem para a heteroneidade linguística e a manutenção das línguas autóctones angolanas. Ainda hoje, é comum as crianças chegarem à escola aos sete anos de idade sem saber falar o idioma oficial de seu país (Patel, 2006); ou seja, a língua oficial funciona para eles como uma segunda língua.

A exemplo da maioria dos povos africanos, Angola vive uma situação

⁸ Fituni (1985, p. 49) afirma que “este fato causou grande prejuízo à economia. Deu-se a maior fuga de capitais de toda a história do país: os colonos levavam consigo valores, o equipamento mais dispendioso; o que era impossível de levar, destruía-se ou inutilizava-se”.

de plurilinguismo na qual coabitam três grandes grupos linguísticos que se distinguem genética e estruturalmente: (a) as línguas africanas de origem não bantu; (b) as línguas africanas de origem bantu; (c) a língua portuguesa, de origem neolatina.

2.1. As línguas autóctones de Angola

2.1.1. Línguas não bantu

Estudos arqueológicos mostram que o povoamento do território angolano data de pelo menos 12.000 anos. Os primeiros povos a habitá-lo foram os Khoisan e os Vátwa.

Os Khoisan, remanescentes das populações mais remotas das savanas do extremo sul do continente, hoje constituem uma população de mais de 50.000 pessoas, das quais 8.000 estão em Angola.

As línguas khoisanas (Kamusekele, Kazama, Kede, Kuissi, Kwepe) são faladas na província de Cuando-Cubando e Cunene.

2.1.2 Línguas bantu

O maior compêndio de línguas bantu (grupo etnolinguístico do sul da África) foi escrito por Malcom Guthrie em quatro volumes, de 1967 a 1971.

De acordo com Kukanda (2000, p. 112) em Angola, as línguas bantu são em número de 41, divididas nos seguintes grupos:

- a) **Kikongo**: Ocupa principalmente as províncias de Cabinda, Zaire, Uige e Bengo, e apresenta quatorze variantes;
- b) **Kimbundo**: Falado nas províncias de Malanje, Kuanza-Norte, Luanda, Bengo e Kuanza-Sul;
- c) **Umbundo**: Sua área estende-se às províncias de Bié, Huambo, Kuanza-Sul e Benguela, apresentando quinze variantes;
- d) **Tchokwe**: Ocupa as províncias de Kuanza-Norte, Kuanza-Sul, Moxico e Cuando-Cubando, apresentando sete variantes;
- e) **Nganguela**: Falado nas províncias de Bié, Moxico e Cuando-Cubando e Huila, tem vinte e duas variantes;
- f) **Nyaneka-Humbi**: Falada em toda a província da Huila e parte do Cunene, tem onze variantes;
- g) **Ambo**: falado no Cuando-Cubando e Cunene, tem seis variantes;
- h) **Herero**: Falado no Nabibe e no Cunene, tem seis variantes;
- i) **Oxindonga**: Está presente no Cuando-Cubando e tem três variantes;

2.2. O português em Angola

Implantada em Angola há mais de cinco séculos, a língua portuguesa cobre hoje toda a extensão do território angolano e tem o estatuto de língua oficial. Durante muito tempo, foi a língua de subjugação cultural de dezenas de línguas faladas pelos povos nativos. A partir da guerra pela libertação nacional, porém, o português, língua de colonização que desde o século XVI esteve em contato com as dezenas de línguas autóctones desse país, passaria a fazer parte do projeto de construção da nova Nação-Estado.

Em meados do século XX, o português proporcionou a veiculação de ideias de emancipação e liberdade em certos setores da sociedade angolana. Durante os anos 60 e 70, facilitou o contato entre pessoas de diferentes origens étnicas, principalmente no período da guerra colonial, que foi o momento fundamental da “expansão da consciência nacional angolana”, para usar palavras do Movimento Popular de Libertação de Angola. O angolano, assim, usou o português como uma arma de combate contra o inimigo, utilizando-se da língua trazida por ele.

Em 10 de dezembro de 1975, um mês após a independência, foi fundada a União dos Escritores Angolanos, encabeçada por Agostinho Neto, com a intenção de levar os escritores angolanos a participarem coletiva e ativamente do processo revolucionário. Nessa época, a indústria tipográfica era pouco desenvolvida, e muitos estrangeiros, especialistas na área, abandonaram o país; portanto, uma parte significativa das obras dos escritores angolanos teve de ser publicada no exterior.

A ação política passou então por uma elaboração estratégica de desenvolvimento da cultura e da educação na nova Nação-Estado. Por isso, no 1º Congresso do MPLA – Partido do Trabalho, realizado em Luanda em 1977, congresso em que o Movimento de Libertação passou a Partido e criou uma “nova cultura socialista” em ajuste com os ideais de revolução, propôs-se uma série de medidas no domínio da cultura: fundação de escolas de arte; incentivo ao estudo das línguas nacionais; criação e fomento da arte cinematográfica; desenvolvimento da música e da coreografia; apoio a escritores, atores, artistas, cineastas, etc.

Nesses últimos cinquenta anos, a literatura em língua portuguesa produzida em Angola cedeu um espaço a vozes e demandas que durante o longo processo de colonização estiveram silenciadas ou abafadas pelo jugo colonial. Ela trouxe à tona um português enriquecido pelos sotaques e falares do povo, um português mesclado às línguas de sua tradição cultural, através da voz manifesta dos

personagens que retratavam a vida das camadas populares dos musseques⁹, os sonhos de liberdade dos guerrilheiros, as frustrações dos ideais e das utopias, a luta dos intelectuais angolanos por, libertos da metrópole, tornarem-se sujeitos da sua própria história.

Assim, o surgimento de uma literatura e de uma expressão cultural nacional, a partir de uma Angola reafrikanizada, representa a construção não apenas de um novo país, mas também de uma nova “angolanidade”. E a um projeto político desta angolanidade tão sonhada e pretendida alia-se um projeto linguístico-literário. O português, língua europeia e colonial, torna-se um dos instrumentos que permite aos diferentes grupos étnico-sociais formadores da nação participarem da luta pela libertação, daí a importância que se dá no projeto nacional dessa época à instrução e à escolarização dos angolanos nesse idioma.

Conforme Bethania Mariani afirma sobre um contexto semelhante, em Moçambique,

a historicização da língua portuguesa, nesse momento em que a luta pela colonização inicia, ganha um outro contorno: à imagem de língua do colonizador agrega-se a imagem de língua pela independência. Ou seja: dois sentidos para língua portuguesa entram em circulação: de um lado, mantém-se a memória do colonizador como língua da opressão, de outro, o acontecimento (futuro) da revolução aponta para uma língua de revolução, que não se realiza sem as línguas da terra. (MARIANI, 2007b)

Assim, o português tornou-se a língua oficial de Angola, exercendo o papel de língua de unidade nacional, e os cidadãos a consideram a língua de prestígio, de mobilidade social e econômica e, por conseguinte, de poder. Falar português é sinônimo de ascensão social, enquanto que falar uma língua angolana, num dado contexto comunicacional, pode influenciar, negativamente, o processo de aceitação, ou não, por parte da sociedade (Quino, 2005). Ao contrário do português brasileiro ou europeu, quando se fala em português angolano, fala-se “não da língua de todo um país, mas de uma língua falada por classes sociais específicas (i.e., elites instruídas e camadas jovens), em regiões

⁹ A palavra originariamente significava areia vermelha, comum nesta região. E os agrupamentos de cubatas, no centro da cidade, eram designados por bairros ou sanzalas. A um momento dado, os conjuntos de palhotas ou casebres no alto das barrocas ganham o nome da areia sobre o qual são construídos e musseque passa a designar um espaço social, o dos colonizados, vítimas colocadas à margem do processo urbano.

geográficas determinadas (i.e., centros urbanos costeiros), numa situação de nítida diglossia” (Inverno, 2004).

3. O estatuto das línguas em Angola na atualidade

Nos países africanos de língua portuguesa, os índices de baixo aproveitamento escolar, as reprovações e o abandono são um reflexo, entre outras coisas, de uma falta de interesse político em mudar um quadro educacional que não contempla muitas vezes tal multilinguismo como característica cultural dessas nações. Apenas muito recentemente, mais de três décadas depois da independência das colônias, os governos de tais países reconheceram a importância do ensino bilíngue e do desenvolvimento de políticas públicas que valorizem as línguas nacionais nas escolas. Entretanto, nem sempre as declarações constitucionais a respeito das línguas oficiais e minoritárias são seguidas à risca.

Tanto Moçambique quanto Angola passaram pelo mesmo processo de subjugação colonial e guerras civis, contudo os planos de desenvolvimento educativo estão mais acelerados naquele país do que neste. Há em Moçambique uma iniciativa por parte do governo para o ensino bilíngue: o Ministério da Educação e Cultura introduziu oficialmente a educação bilíngue em línguas moçambicanas e português, em todo o país a partir de 2002 (Patel, 2006). Por uma pressão social e exigência da sociedade civil, a partir de 2004 as escolas moçambicanas passaram a ter um currículo do ensino primário que inclui um modelo monolíngue só em português destinado a crianças que têm o português como língua materna e um modelo bilíngue em línguas moçambicanas e português para crianças de zonas rurais que não têm o português como língua materna.

Isso também ocorre em Angola, com o português e algumas línguas do grupo bantu. Todavia, o conflito prolongado deixou sérias cicatrizes no ensino angolano. Só entre 1992 e 1996, a guerra destruiu mais de 1500 salas de aula¹⁰. O país enfrenta o enorme desafio de fazer subir o número de crianças no ensino primário dos 2,1 milhões estimados em 2003 até 5 milhões em 2015. Embora a escolarização venha mudando nas últimas duas décadas (o número de alunos matriculados no ensino médio passou de 20.310 em 1990 para 151.696 em 2004, e o número de alunos matriculados no ensino superior passou de 6.534 em 1990 para 24.582 em 2004), a taxa de analfabetismo ainda é elevadíssima: 58%¹¹.

¹⁰ Segundo dados da UNICEF.

¹¹ Na Guiné-Bissau, a taxa é de 63% da população; Angola, 58%; Moçambique, 52%; Timor Leste, 40%; Cabo Verde, 25%; São Tomé e Príncipe, 20%. A Pesquisa Nacional por Amos-

Um perfil bastante comum de educandos em Angola, por exemplo, é o daqueles alunos que, não dominando nem a língua portuguesa, nem uma língua angolana, têm a primeira como língua materna. Eles recebem as primeiras noções da língua portuguesa de tutores que têm como língua materna uma língua angolana e em muitos casos não são escolarizados. Assim, transmitem aos seus tutorandos ensinamentos de um português possível, carregado de interferências da língua angolana. Esse português que os alunos têm como língua materna é uma variedade que tem suas próprias regras e normas (Quino, 2005).

Além disso, a educação foi gravemente afetada nas últimas décadas por fatores como baixo orçamento para o setor; falta de infra-estrutura escolar adequada, incluindo água, saneamento e material escolar; insuficiente corpo docente, quer em qualidade quer em quantidade; turmas muito grandes e com alunos de várias idades, monolíngues em línguas bantu, principalmente nas zonas rurais e remotas; programas inadequados, condições de trabalho degradadas e inadequadas para o exercício da atividade docente. Esse conjunto de fatores contribui para as altas taxas de abandono, de repetência e baixa taxa de promoção discente.

Com o estabelecimento da paz, o governo desenvolveu muitos planos de reconstrução econômica e estrutural do país, entre eles, o Plano de Acção Nacional de Educação Para Todos (PAN/EPT) e o Plano-quadro Nacional da Reconstrução do Sistema Educativo da República de Angola. Por outro lado, além das iniciativas oficiais do governo, há dezenas de ONGs do mundo todo que ajudam na “reconstrução do país”, atuando no desenvolvimento comunitário, no acolhimento de crianças órfãs, na promoção dos direitos da mulher, nos serviços médicos e hospitalares, nos trabalhos de desminagem e assistência a mutilados de guerra.¹²

O propósito inicial desses modelos de desenvolvimento educacional e comunitário seria a busca da hegemonização de traços comuns que uniriam os angolanos. Um dos meios principais por parte do governo para se alcançar esse propósito é o reconhecimento de uma única língua como oficial ou nacional. A própria implantação do novo Estado nacional reforçou a presença do português, usado no exército, no sistema administrativo, no sistema escolar, nos meios de

tra de Domicílio (Pnad) de 2006, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que a taxa de analfabetismo no Brasil é de 10,2% da população com 15 anos ou mais.

¹² O site oficial do governo de Angola lista mais de 90 ONG's legalizadas no país, atuantes no processo de reconstrução pós-guerra: <http://www.info-angola.com/images/documentos/pdf/ong.pdf>

comunicação, no estado, etc. Dessa forma, como a educação tradicional dos povos bantu nunca foi oficializada nem pelo governo colonialista português, tampouco pelo governo pós-independência, a educação angolana ainda faz-se nos moldes ocidentais, segundo o modelo europeu colonial, que nunca teve interesse em que os angolanos estudassem e pudessem questionar o poder do Estado (Quino, 2005).

Não obstante, a partir do ano letivo de 2006 o ensino de línguas nacionais como disciplina curricular passou a fazer parte de algumas escolas do ensino primário, em fase experimental. O estudo e a descrição das línguas angolanas ainda está em um nível incipiente. Quino (2005) declara que “as línguas pertencentes à família de línguas africanas de Angola (LAA), oficiosamente consideradas nacionais, não gozam de um estatuto definido, servindo somente de línguas de comunicação em situações e espaços restritos. Já o português “exerce um papel plurifuncional, de uso nos domínios da vida sócio-político-econômica e cultural, e veicular no país”. O autor ainda ressalta que a língua portuguesa “é a língua oficial (LO) e de escolaridade, constituindo um dos fatores de unidade entre os angolanos”. Segundo o autor, desde a conquista da independência nacional, o governo angolano prepara condições para que as LAA tenham o mesmo estatuto que o português. Para tal, foi criado, em 1979, Instituto Nacional de Línguas, que levou o governo a atribuir “o estatuto oficioso de línguas nacionais às LAA e o de língua oficial à LP.

Seis línguas escritas tiveram seu alfabeto desenvolvido pelo Instituto de Línguas Nacionais (com a cooperação das firmas sul-africanas Maskew Miller Longman e a Associação para a Educação EBA): o Tchokwe, Kimbundu, Kikongo, Nganguela, Oshikwanyama e Umbundu¹³. Segundo o diretor do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), David Chivela, a primeira fase do projeto de implementação do ensino bilíngue em Angola teve o intuito de elaborar materiais pedagógicos para professores e alunos, e a segunda fase, formar professores, ensaiar e assegurar a supervisão da aplicação da metodologia de ensino de línguas nacionais.

Tais planos para a educação mostram, por um lado, o esforço do Ministério da Educação pelo melhoramento do processo de ensino e aprendizagem em língua portuguesa, e, por outro, pelo reconhecimento das línguas nacionais. Em outras palavras, embora a língua portuguesa tenha sido em certa altura importante para a edificação da unidade nacional, a realidade do país demonstra que

¹³ Site oficial do Ministério da Educação da República de Angola: http://www.inide.angoladigital.net/noticias/noticia_d.htm

tal unidade também pode ser construída na diversidade, ou seja, o reconhecimento da diversidade étnica, cultural e linguística não pode ser visto como um impedimento para o desenvolvimento de programas e ações educacionais que incluam essa mesma diversidade.

Considerações finais

A situação linguística dos países africanos em processo de descolonização podem ser reveladora dos papéis que as variedades dialetais e socioletais desempenham no separatismo linguístico, na segregação de minorias linguísticas, na política e planificação do governo para a educação, da relação existente entre o português como língua majoritária em relação às línguas autóctones com que convive.

Ao tentar estabelecer uma identidade linguística nacional, qual é a preocupação, por parte dos agentes envolvidos no processo de educação e de políticas linguísticas de Angola de dar à população o acesso a oportunidades de adquirir as variedades de prestígio? Existe uma política explícita e clara no país para o estabelecimento da variedade considerada padrão? Como se configuram na fala do mesmo indivíduo a lealdade e a identidade linguísticas em relação às línguas maternas e nacionais de seus ancestrais, aprendidas e formadas desde a mais tenra infância, e a língua majoritária de reconstrução do país? Como gestores públicos, pais, alunos e professores lidam com os preconceitos linguísticos e sociais que envolvem as línguas autóctones angolanas? Há movimentos de resistência das línguas autóctones?

Essas são perguntas ainda a serem respondidas nas tarefas de melhor compreender uma das variedades nacionais do português menos conhecidas da comunidade científica internacional e de se pensar a complexidade das redes culturais dos países emergentes e suas relações com os países colonizadores, bem como de analisar o papel que as línguas desempenham como veículos de identidade e de cultura na reconstrução dessas nações no período pós-colonial..

Referências

BAMGBOSE, A. *Language and the Nation: The Language Question in Sub-Saharan Africa*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1991.

- BOAVIDA, Américo. *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística – uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. *A descolonização da África e da Ásia: processo de ocupação colonial, transformações sociais nas colônias, os movimentos de libertação*. Campinas, SP: Atual, 1986.
- CLYNE, Michael. “Pluricentric Languages”. In: AMMON, H. V. U.; DITTMAR, N. & MATTHEIR, K. J. *Sociolinguistics: An International Handbook of the Science of Language and Society*, Vol. 1. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2004.
- FARIA, Isabel Hub. *A língua portuguesa no Ano Europeu das Línguas*. I Encontro Internacional da AILP, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, outubro de 2001. Mimeografado.
- FITUNI, L. L. *Angola: natureza, população, economia*. Moscou: Edições Progresso, 1985.
- FOSS, Clive. Cuba’s African Adventures. *History Today*, março de 2010.
- INVERNO, Liliana. Português Vernáculo do Brasil e Português Vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística, in: Fernández, Mauro/Fernández-Ferreiro, Mauro/Vázquez Veiga, Nancy (eds): *Los Criollos de Base Ibérica: ACBLPE*. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert, (2004).
- ZANIEWSKI, Kazimierz . Diversidade linguística do Mundo. In: *Confins* [online], 9 | 2010. Disponível em: <http://confins.revues.org/6529> Acesso em 15.10.2010.
- KUKANDA, Vatomene. Diversidade Linguística em África. In: *Africana Studia* número 3. CEAUP: Porto, 2000.
- LENTIN, Albert-Paul. De Bandung a Havana In: SANTIAGO, Théo (org.). *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- MARIANI, Bethania. *Colonização Linguística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. Quando as línguas eram corpos. In: ORLANDI, Eni. *Política Lingüística*. Campinas, SP: Pontes, 2007a.
- _____. Língua Portuguesa, política de línguas e formação dos Estados nacionais: notas sobre a lusofonia. In: PONTES, Geraldo Jr; ALMEIDA, Cláudia (orgs.). *Relações Internacionais I*. Rio de Janeiro: Ed De Letras & Eduff, 2007b.
- MATEUS, Maria Helena Mira. *Difusão da Língua Portuguesa no Mundo. Mesa-redonda do I SIMELP*. São Paulo: Anais do I SIMELP, 2008.

- PATEL, Samima Amade. *Olhares sobre a educação bilingue e seus professores em uma região de Moçambique*. (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: 2006.
- QUINO, Antônio. *A importância das Línguas Africanas de Angola no processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa*. (Monografia para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências da Educação na especialidade de Linguística / Português), Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda da Universidade Agostinho Neto, 2005.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo, Parábola, 2003.
- SHILLINGTON, Kevin. *Causes and consequences of independence in África*. London: Evans, 1997.
- SILVA, Márcia Maro da Silva. *A Independência de Angola*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.